



**Conselho Municipal de Saúde  
do Rio de Janeiro**

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**Ref.: 14/04/2015**

Aos quatorze dias do mês de abril de dois mil e quinze, em convocação para realização da reunião ordinária no período das quatorze às dezoito horas, no Auditório Meri Baran, Centro Administrativo São Sebastião/CASS, reuniu-se **pelo segmento dos Usuários** – Sr. Jackson Silveira Caiafa (Associação Carioca de Diabéticos - ACD); Sra. Júlia Daniela de Castro (Federação das Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro - FAM-RIO); Sr. Milton Lima (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1); Sra. Maria Alice Gunzburger Costa Lima (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.2); Sra. Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1); Sr. João Dionísio Menezes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.3); Sr. Ludugério Antonio da Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.1); Sr. Mauro André dos Santos Pereira (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2) e Sr. Geraldo Batista de Oliveira (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.3). **Pelo segmento dos Profissionais de Saúde** – Sra. Maria José dos Santos Peixoto (Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro - SASERJ); Sra. Miriam Andrade de Souza Lopes (Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Rio de Janeiro - SATEMRJ); Sra. Sheila Marino (Sindicato dos Fonoaudiólogos do Estado do Rio de Janeiro - SINFERJ); Sr. José Antonio Alexandre Romano (Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro - SINMED) e Sr. Marinaldo Silva Santos (Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro - SINDPSI). **Pelo segmento dos Gestores/Prestadores de Serviços** – Sra. Ângela Rocha de Lamare Leite (Secretaria Municipal de Saúde - SMS); Sr. David Salvador de Lima Filho (Secretaria Municipal de Saúde - SMS) e Sra. Cristina Guedes Veneu (Viva Comunidade). A reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (CMS/RJ) iniciou-se tendo como pauta: Distribuição da Ata de **10/03/2015**; **1) Deliberação da Ata de 10/02/2015**; **2) Deliberação dos processos: 09/004534/2014. Assunto:** Hospital Federal da Lagoa - Atenção Especializada em Oncologia - **CDS AP 2.1** e **09/001215/2014. Assunto:** Hospital Federal de Ipanema - Habilitação em UNACOM de acordo com a Portaria SAS/MS nº 140 de 27/02/2014 - **CDS AP 2.1**; **3) Ofício S/SUBGER nº 075/2015. Assunto:** Edital de Chamamento Público nº 001/2015 para contratação de serviços de Diagnóstico por Imagem no âmbito do SUS, conforme publicado no D.O-Rio de 20/03/2015. Ciência e aprovação - **10 minutos**; **4) Palestra sobre Amamentação "Um ganho para toda vida", pela Técnica de Enfermagem Zilda Santos - 30 minutos**; **5) Esclarecimentos sobre os Programas de Pós-Graduação da Secretaria Municipal de Saúde - 30 minutos**; **6) Comissão de Educação Permanente**; **6.1 - Prestação de informações sobre o Programa de Tuberculose - 30 minutos**; **7) Comissões do Conselho Municipal de Saúde - 20 minutos**; **8) Informes da Secretaria Executiva do Conselho - 10 minutos**; **8.1 - Ofício nº TCM/GPA/SES/005/00219/2015. Assunto:** Arquivamento do processo 40/006586/2014 que trata do Relatório de Execução Orçamentária, referente ao período de janeiro a agosto de 2014 - FMS; **8.2 - Ofício nº TCM/GPA/SES/007/00319/2015. Assunto:** Arquivamento do processo 40/007745/2012 que se refere a Análise da Execução Orçamentária do FMS no período de janeiro a agosto de 2012 - SMS; **9) Informes do Colegiado - 30**

minutos. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Salvador de Lima Filho** iniciou a reunião às quatorze horas e trinta minutos, em segunda convocação de acordo com o que define o Regimento Interno. Informou a coordenação da Mesa composta pelos Conselheiros: **Sônia Regina G. da Silva (usuário)**, **José Antônio Alexandre Romano (Profissional de Saúde)**, que ainda não havia chegado, sendo convidada, para substituí-lo, a **Conselheira Maria José dos Santos Peixoto** para representar os Profissionais de Saúde, ele, **David Salvador de Lima Filho (Gestor)** e a **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes**, representante dos usuários e também, substituta eleita, representando o Presidente do Conselho, senhor **Daniel Soranz**. Passando a **coordenação da Mesa** para a **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes**, informou que tinha sido distribuída a Ata de 10 de março de 2015 e a pedido da **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** o **Secretário Executivo e Conselheiro David Salvador de Lima Filho** leu a pauta da reunião descrita acima elaborada pela Comissão Executiva. Tomando a palavra a **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** deu boa tarde a todos e colocou em votação a pauta, **sendo aprovada**. Reiterou a distribuição da Ata de 10 de março de 2015. Continuou com a Deliberação da **Ata de 10 de fevereiro de 2015 para aprovação, sendo aprovada**. Dando continuidade a pauta perguntou ao plenário se poderiam aprovar os processos em bloco ou um a um. A **Conselheira Maria José dos Santos Peixoto, do segmento profissional de saúde e representante do Sindicato dos Assistentes Sociais - SASERJ** dando aparte ratificou que poderiam aprovar em bloco visto que já havia passado pelos Conselhos Distritais, onde visitavam as unidades, discutiam e aprovavam, sendo que, caso tivessem algum impedimento, não viriam para aprovação no Conselho Municipal. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** retomando a palavra colocou os processos em votação e **os processos foram aprovados pela maioria simples dos votos**. Passando ao **item 3**, o **Secretário Executivo e Conselheiro David Salvador de Lima Filho** falou que dizia respeito ao Chamamento Público nº 001/2015 para contratação de Serviços de Diagnóstico por Imagem no âmbito do SUS, conforme publicado no D.O-Rio de 20/03/2015 e que seria para tomarem ciência e aprovação do Chamamento para que novas prestadoras prestassem serviços para o Município de exames de Diagnósticos por Imagem, Radiologia simples, Radiologia simples e contrastada, Ressonância Magnética Nuclear, Tomografia computadorizada, Ultrassonografia com Eco Doppler, incluindo exames de medicina nuclear, Cintilografia, sendo referenciado de acordo com as normas técnicas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Saúde conforme Termo de Referência, em anexo. Reiterou dizendo ser um Chamamento para dar ciência; que estavam chamando publicamente empresas para firmação de contrato com a Secretaria Municipal de Saúde para prestarem esses serviços e que depois viriam os processos de acordo com as habilitações de cada uma das empresas para estarem verificando, aprovando ou não e que, naquele momento, era apenas a aprovação do Chamamento Público e que pensava que ninguém seria contra, pois, a cidade precisava desses serviços. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** retomando a palavra colocando em votação e o **Chamamento Público nº 001/2015 foi aprovado pela maioria simples dos votos**. Passou ao **item 4)** - Palestra sobre Amamentação "Um ganho para toda vida", que foi apresentado pela Técnica de Enfermagem **Zilda Santos** que disse ser apoiadora da amamentação na CAP 3.1 e que trabalhava para que as unidades fossem amigas da amamentação. Disse que tinha um grupo trabalhando desde 2002 na promoção da amamentação e estava lá para mostrar ou trazer alguns dos benefícios da amamentação, não somente para o bebê mas para a família, para a Nação, para o próprio país e até mesmo para o planeta. Continuou dizendo que a gente pensava que amamentar era somente dar comida, mas que quando se amamentava estávamos contribuindo para muita coisa, inclusive com a preservação do planeta. **A enfermeira fez a apresentação e finalizou-a sendo aplaudida**. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** passou às inscrições para as perguntas: **Conselheira Rosane Rito e Conselheira**

**Maria José dos Santos Peixoto.** A senhora **Rosane Rito** iniciou sua fala agradecendo à enfermeira Zilda pela oportunidade de ter vindo ao Conselho Municipal de Saúde para tratar de um assunto tão importante. Continuou dizendo que era **Rosane Rito**, Coordenadora das Ações de Aleitamento Materno da cidade desde 2002 e que vinham construindo um trabalho muito forte na cidade e que, devido a pessoas com a senhora **Zilda Santos**. Em 2011 o Rio de Janeiro ganhou o Prêmio do Ministério da Saúde, chamado “Bibi Vogel”, porque dentro dos municípios da região Sudeste, tinham alcançado os requisitos de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno. Continuou dizendo que estavam numa cidade reconhecida pelo Brasil como exemplo. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** agradeceu e parabenizou a AP 3.1. Passou a palavra à **Conselheira Maria José dos Santos Peixoto** que iniciou dizendo ter conhecido a senhora **Zilda Santos** em um congresso e que a mesma tinha sido aplaudidíssima pela apresentação e que esse trabalho da senhora **Zilda Santos** tinha lhe proporcionado pensar mais, visto que, nessa idade que estava, não pensava muito em amamentação mas que esse trabalho tinha feito ela pesquisar, ir até a Sociedade de Medicina Pediátrica e que havia descoberto como era importante o leite materno desde quando ele nascia até quando ele crescia e se formavam cidadãos, homens e mulheres e que pela pesquisa que ela havia lido tinha encontrado alguns pontos importantes. Alertou aos membros da Mesa que fazia analogia à violência que estavam vivendo nos dias de hoje. Segundo a pesquisa, quando a criança era amamentada pelo leite materno de sua mãe e que convivia com sua mãe, no mínimo, até os primeiros seis meses, havia a possibilidade dessa criança se tornar um cidadão muito mais promissor e que, se existiam várias pessoas com desvios de condutas éticas e moral era porque não tinham sido acolhidos pelo leite materno e não tiveram a sua mãe, no mínimo, nos primeiros seis meses ao seu lado. Concluiu dizendo ser muito lindo e ter gostado muito e que tinha dado um parecer técnico sobre assunto para uma empresa que havia solicitado a ela, porque queriam conceder uma licença de seis meses às mulheres mães, mas queriam um parecer. Ratificou que havia dado esse parecer e que, inclusive, havia citado essa apresentação muito boa e importante para todas as mulheres, para todas as jovens que seriam mães e ou eram e então tinha solicitado ao **Secretário Executivo e Conselheiro David Salvador de Lima Filho**, como Secretário Executivo do Conselho que levasse à Comissão Executiva desse pleno para que pudessem apresentar o trabalho da senhora **Zilda Santos**, porque trabalhos como esses eram importantes de serem sempre apresentados. Continuou dizendo que a senhora **Sara Miranda**, companheira de Conselho tinha sido convidada a participar e que tinha dito que não poderia vir, mas tinha vindo. Agradeceu a presença da senhora **Sara Miranda** e a deferência para com ela dada pelo Secretário Executivo e pela Comissão Executiva do Conselho Municipal de Saúde, a todos os Conselheiros por estarem presentes, aos interessados no assunto e demais visitantes. Disse que estava muito grata pela apresentação da enfermeira **Zilda Santos** e mais uma vez tinha obtido mais informações que iriam ajudá-la. Finalizou agradecendo e dizendo que na próxima geração que viesse, daria a seu filho o leite materno. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** retomando a palavra agradeceu a **Conselheira Maria José dos Santos Peixoto** e passou a palavra à **Conselheira Ângela Rocha de Lamare Leite** que iniciou sua fala dando boa tarde e parabenizando pelo trabalho que considerava fundamental. Lembrou que falavam sempre do Orgulho de ser SUS e que fazia um desafio para saber quem em consultório particular, quem que contratando um “super obstetra” tinha a orientação de como amamentar, de como o filho ter a “pega”, de saber qual era o benefício, de como fazer caso tivesse enrijecimento no peito e que isso era um orgulho que as pessoas tinham de ser SUS, porque era o SUS que fazia esse trabalho. Que poderia ir a um consultório do maior “bam, bam, bam”, que iria fazer o exame e dizer que dia tal comparecesse ao hospital, que iria medir, ver se o neném estava bem, etc; mas que esse carinho, essa atenção de ter preocupação se iria amamentar, como, de que jeito, isso era um trabalho do SUS e que isso não

levavam em conta. Dando continuidade provocou a todos dizendo que a senhora **Zilda Santos** havia falado de uma coisa e que ela queria fazer uma brincadeira. Sugeriu que fizessem uma gincana para ver se daqui a um mês quem traria mais frasco de vidro com tampa de plástico e que assim ganharia um certificado de colaborador do banco de amamentação. Como foi aplaudida deu como aceita a brincadeira reforçando o benefício também para o planeta. Convidou instituição, sindicato, Conselhos Distritais ou quem quisesse a participar. Que seria daquela data a um mês para a próxima reunião do Conselho a entrega de frascos de vidro com tampa de plástico para serem doados ao banco de leite. Finalizou agradecendo. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** passou a palavra à **Conselheira Sonia Regina G. da Silva** que se apresentou dizendo ser da AP 3.2 e parabenizou a senhora **Zilda Santos** pela apresentação dizendo-se sentida pela idade não permitir o ato de amamentar e que gostaria de perguntar como estavam vendo nessa sociedade as mulheres de mais de cinquenta anos sentirem o desejo de serem mães. Que desafio era esse e como essa mãe poderia amamentar após os cinquenta; pediu que falasse um pouco sobre os mitos e verdades. Se era verdade que as jovens e adolescentes sentiam medo de fazer a amamentação porque achavam que o peito iria cair ou deixariam de ficar tão atraentes como antes? A **Conselheira Ângela Lamare** lembrou à **Conselheira Sonia Regina G. da Silva** que disse que, no passado, faziam propaganda para que as mulheres tomassem água inglesa, canjica, água de arroz cozido. Concluiu perguntando o que poderia ser falado sobre isso. Respondendo às perguntas a enfermeira **Zilda Santos** disse que nos grupos o que faziam era ajudar as mulheres; que não existia leite fraco; que cada mãe produzia o leite que seu filho precisava com as necessidades calóricas que o leite tinha. Que 87% (oitenta e sete por cento) do leite era água, que era uma coisa que o bebê precisava muito e que algumas mães perguntavam se precisavam dar água e que nem água precisava dar porque a quantidade de água que ele necessitava estava no leite materno. Que leite fraco era mito. Perguntou se canjica dava leite e confirmou que qualquer líquido aumentava a quantidade e produção de leite e que isso era fato. Que considerava no grupo se era melhor ela tomar água ou comer canjica e que, mesmo não sendo apropriado ela comer a canjica todo dia por ter mais gordura do côco, amendoim, consideravam a vivência que essa mulher tinha com a família e a comunidade. Que se era a mãe dela quem preparava essa canjica para a filha, isso era muito mais que uma comida, era um gesto de amor e se não comesse estaria errado. Disse que não trabalhavam com errado nem certo porque não tinham o saber; que o saber era construído. Continuou dizendo que orientavam a não comer todo dia a canjica, por exemplo, porque se ela tomasse dois litros de água por dia, faria o mesmo efeito, muito mais líquido. Que era igual à cerveja preta; perguntou se a cerveja preta dava leite e disse que aumentava sim o leite porque era líquido e era diluída em caramelo, que dava a sensação de bem-estar, aumentando a produção de ocitocina. Que era fato, mas não iria incentivar essa mulher no grupo a tomar cerveja, porque se ela tomasse, além desses ingredientes, a cerveja tinha álcool e que, para o bebezinho, aquele pouco faria um efeito enorme. Era muito melhor substituir a cerveja pela água. Disse que as mulheres de cinquenta anos amamentavam e até aquelas que adotavam, que nunca tinham tido filhos, também; que era somente colocar o bebê para mamar e fazerem uma técnica chamada relactação, que ela mesma tinha feito com uma amiga dela que nunca tinha ficado grávida e que tinha adotado a “Alice”; que era uma técnica que colocava uma sonda com uma seringa anexa e colocava o leite na ponta do peito, no bico e quando o bebê sugava esse leite ia descendo, mas o bebê não sabia de onde e que quando ele sugava estava estimulando o cérebro da mulher a produzir leite, porque a produção começava no cérebro e quando o bebê tocava o seio da mãe, no cérebro, lá no hipotálamo, na hipófise, recebia uma mensagem para produzir. Que mesmo a mulher que nunca havia gestado ou ficado grávida poderia amamentar uma criança e que tinham feito isso na “Kelly”, uma nutricionista, e, no caso dela, o processo de translactação porque nunca havia amamentado e que ela

tinha produzido leite com quinze dias, amamentando a "Alice" por um ano e nove meses sem nunca ter ficado grávida. E isso para a mulher de cinquenta, de trinta, de quarenta, que não tinha idade para amamentar. Continuou dizendo que hoje as mulheres estavam engravidando mais tarde na vida, mas que isso não era um empecilho para a amamentação. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** agradeceu e parabenizou a enfermeira **Zilda Santos** pela apresentação e respostas sendo aplaudida e reforçou junto às **Conselheiras Maria José dos Santos Peixoto** e **Sonia Regina G. da Silva** dizendo que na época dela tinha canja e outras coisas e que tinha amamentado dois filhos e inserido a filha dela também; que isso era um incentivo e que incentivava as "meninas" da comunidade, pois era um bem enorme. Passou a palavra à **Conselheira Sheila Marino** que, dando boa tarde, justificou seu atraso devido a sua fisioterapia, mas que não poderia deixar de vir e parabenizar pela apresentação. Disse, a título de colaboração, que era parte da palestra, além do bem enorme que a amamentação fazia, a parte afetiva, do estímulo, e que os fonoaudiólogos também levavam em consideração a sucção na dissociação da mandíbula que iria auxiliar não somente as outras etapas de amadurecimento da fala e da estimulação de todos os pontos de toque da língua para as articulações da palavra. Disse que era somente uma contribuição e colaboração que tinham que lembrar porque tudo era benéfico com a amamentação, mais esse "plus", que era a fala e depois a deglutição. A senhora **Zilda Santos** concluindo disse que meia hora era muito pouco, mas que queria apresentar as "meninas" que trabalhavam com ela, a senhora **Elisângela**, a senhora **Jennifer** e a senhora **Natália** que eram pessoas, como ela, apaixonadas pela amamentação e que trabalhavam não visando o ganho, porque o trabalho que faziam não tinha preço e que eram pessoas super delicadas que estavam mantendo esse trabalho com ela durante esses dois anos. Finalizou sendo aplaudida mais uma vez e a **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** passou ao **item 5) Esclarecimentos sobre os Programas de Pós-Graduação da Secretaria Municipal de Saúde - 30 minutos**. Passou a palavra ao senhor **Luiz Felipe** que dando boa tarde disse que faria a apresentação junto com o senhor **Márcio Leal**. Disse que tinha um grupo de pessoas, mais ou menos umas dez, que tinham ajudado a escrever e que tinha sabido da pauta na semana passada e que como era somente meia hora e precisava sair as 16h30m, que, se precisasse, o senhor **Márcio Leal**, que era o Presidente da Comissão de Fiscalização dos Convênios continuaria. O senhor **Luiz Felipe** iniciou a apresentação e após concluir passou a palavra ao senhor **Márcio Leal**. O senhor **Márcio Leal** fazendo um adendo disse que o senhor **Luiz Felipe** havia lhe trazido como Presidente da Comissão para responder eventuais dúvidas que estivessem direcionadas ao acompanhamento e Fiscalização do Convênio e como ele bem havia ressaltado essa era uma Comissão que tinha sido criada como exemplo para seguir as diretrizes da Lei nº 13.019 que entraria em vigor. E que quando a Secretaria lançou esse desafio, quis na execução e no acompanhamento do convênio contar com o que ela tinha de melhor, inclusive com as adaptações; continuou dizendo que todos os membros da Comissão eram servidores municipais do quadro efetivo, concursados. Que não havia sido delegada atividade de controlador de terceiro. Que a garantia não estaria nas mãos de terceiros e sim em quem tinha estabilidade e feito concurso público e que não sofreriam influências políticas nos eventuais contratos; que ele, **Márcio Leal**, estava em nome da Comissão para responder às perguntas e que assim que fossem feitas, que as direcionassem à Comissão cuja responsabilidade era do senhor **Luiz Felipe**. Disse que tinham para constar duas reuniões mensais, uma sessão preliminar e uma outra deliberativa para acompanhar e que era bem mais do que a lei exigia e que tinha pesquisado em todas as comissões de acompanhamento e não havia encontrado tamanha proximidade e eleições de pessoas; que, na verdade, quando o Secretário instituiu a Comissão tinha deixado-os bem a vontade para apontarem as irregularidades, glosar; disse que não iriam pagar e que iriam exercer com autonomia, dependência e com "mãos de ferro" no que fosse necessário, que valia lembrar que era um convênio, que tinha havido um processo seletivo publicado e

que as instituições que tinham ganho não eram pessoas jurídicas de direito privado com fins lucrativos, mas sim, instituições que atuavam na área da saúde parceiras; que não tinham lucro, que não rateavam o dinheiro em si. Que era uma política somente para constar e que a Constituição dizia isso. Que no artigo 99, § 1º da Constituição falava que as instituições privadas sem fins lucrativos e as instituições filantrópicas teriam preferência na contratualização da contratação do Sistema Único de Saúde e que isso era indiscutível. Concluiu dizendo estar disposto a responder eventuais perguntas direcionadas à Comissão e pediu a gentileza de desmembrarem-nas para facilitar as respostas. Agradeceu pela oportunidade e disse que a Comissão estava à disposição do Conselho Municipal de Saúde para ouvir e que quando tivessem qualquer denúncia de irregularidade e ou demanda poderiam encaminhar para a Comissão de Fiscalização que iriam apurar. Que estiveram pessoalmente em algumas unidades para fiscalizar a parte da instalação do ponto biométrico mas que tinham unidades que eram antigas e que precisavam da conectividade para funcionar; que eram vários desafios e que tudo estava documentado nas atas e que assim que o Conselho Municipal de Saúde desejasse, poderia requisitar as atas que enviariam com maior prazer e no tempo estabelecido. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** retomando a palavra agradeceu o senhor **Luiz Felipe** e o senhor **Márcio Leal** abrindo inscrições para as perguntas. O **Conselheiro José Antônio Alexandre Romano** iniciou dizendo ter muitas perguntas sobre esse Programa. Que era uma pena ter demorado tanto e que o Sindicato dos Médicos teve que pedir à Comissão Executiva para que esse Programa viesse ao Conselho Municipal de Saúde para que as pessoas soubessem o que era. A primeira pergunta era que tinham no município Residências Médicas reguladas pela Comissão de Residência Médica e por que então fazer programas de pós-graduação em áreas de concentração iguais as das residência por pessoas especialistas que já eram formadas há mais de três anos. Segunda pergunta, disse que ficava claro para o Sindicato dos Médicos que mais uma vez a Prefeitura tentava contratar pessoal nas emergências, como havia sido feito com a Fiotec, como âmbito de pós-graduação. Continuou dizendo que na pós-graduação de Residência Médica não descontavam na frequência e que quando o residente faltava a bolsa era paga integralmente. Disse que não sabia se o Ministério da Educação estava sabendo como estava sendo essa pós-graduação no Rio de Janeiro e que ele muito estranhava que em pós-graduação tivesse o lançamento de ponto biométrico já que a falta, na sua nota da bolsa, na insuficiência, constava a impontualidade e a frequência. Terceira pergunta, disse que tinha percebido por parte do Coordenador quando ele falava “plantão” e “aula prática”, que aula prática em emergência significava para Secretaria plantão porque aprender emergência não necessariamente precisava estar em plantão. Que o Conselho Municipal de Saúde fazia cursos do “Becker”, várias vezes de emergência e esses cursos eram aos sábados e não eram plantão. Que no seu entender estavam configurando sim, claramente, tentativa de burlar contrato de trabalho. Que o Sindicato pensava isso e por isso o Sindicato estava entrando com uma ação contra. Quarta pergunta era em relação a questão das Fundações Universitárias e que o Coordenador havia dito que as Universidades ganhavam para isso; retificou dizendo que as Universidades não ganhavam para isso, que tanto que o “Globo”, desde domingo, estava publicando sobre as Fundações das Universidades que eram fundações privadas e que quem ganhava o dinheiro dessas fundações eram os que dirigiam essas fundações, inclusive, uma ontem que estava com contrato assinado e por que a Prefeitura ainda mantinha contrato com a Fundação da UNIRIO se ela estava denunciada, com provas claras, em matéria enorme publicado ontem, por pessoas que haviam fraudado o dinheiro público e estavam com contrato com a Secretaria. Continuou dizendo que queriam saber e quando haviam pedido para falar sobre esse ponto, que isso não existia e não estava nas páginas dos jornais; que os jornais poderiam estar errados; que o “Globo” estava fazendo muita campanha contra o governo e que poderiam estar errados e que, então, queria saber se havia verdade ou não

naquela matéria. Finalizou dizendo que depois faria outras perguntas. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** agradecendo ao **Conselheiro José Antônio Alexandre Romano** chamou a **Conselheira Miriam Andrade Lopes**, mas os palestrantes preferiram responder, primeiramente, as perguntas do **Conselheiro José Antônio Alexandre Romano**. O senhor **Márcio Leal** respondendo a parte que competia à Comissão disse que todos sabiam da reportagem, mas que uma afirmação não condizia com a realidade. Primeiro disse que era uma fundação privada, mas sem fins lucrativos e que teoricamente era diferente de uma empresa que fazia uma licitação e vinha e repartia o lucro. Como era advogado estava passando a visão técnico-jurídica como membro da Comissão de Fiscalização e que num debate democrático teria o direito de expor como sempre tinha sido acolhido no Conselho Municipal de Saúde. Continuou dizendo que a questão era que se alguém tivesse feito malversação de recurso público na fundação, que deveria e seria punido. Que o Ministério Público era o fiscal das fundações e que estava entre as atribuições do Ministério Público fazer a veladoria das fundações. Disse que tinha sido presidente da Comissão de Seleção e que tinha checado no site do Ministério Público todas as fundações que tinham sido habilitadas. Continuou dizendo que tinha inabilitado uma porque estava constando como irregular no site do MP. No momento não se recordava, mas que no meio da banca, ele havia suspenso a banca e, desconfiado tinha ido consultar a tal fundação no site. O senhor **Luiz Felipe** lembrou que era a Fundação José Bonifácio. O senhor **Márcio Leal** ratificou que inabilitaram e que pegassem o histórico dos editais e que tinham editais que havia sido publicado por quatro, três vezes porque tinham inabilitado várias instituições com propostas mal feitas, que não estavam batendo, que não atendiam a necessidade do edital. Continuou dizendo que a Comissão enxergava o espelho, que era o Termo de Referência e o Convênio e que iam exatamente até ali. Que até o presente momento nada havia chegado aos ouvidos da Comissão para esclarecimento e que gostariam de contar com o apoio desse Conselho Municipal de Saúde porque municiaava-os de informações dizendo que estaria acontecendo algo, que a Fundação teria essa irregularidade, que tal lugar tinha aluno sem preceptor e que poderiam fazer isso e mandar para que eles pudessem recomendar ao Secretário, porque a Comissão não aplicava as sanções. Reiterou que até aquele momento não havia chegado nada de concreto à Comissão que a inabilitasse. Que se consultassem o site do MP estaria lá a FUNRIO, Fundação regular em prestação de contas com o Ministério Público. Que não estava classificada como fundações irregulares. Continuou dizendo que tinham três escalas de Fundações, Fundações com as contas em dia, Fundações regulares com contas atrasadas, que ela estava ali e então que não estava inabilitada. Que inabilitada era a Fundação que estava como Fundação irregular. Que o Ministério Público dizia que estava inapta e que na Comissão tinham pego uma, conforme havia sido citada. Concluiu dizendo que o Ministério Público não havia oficiado nada que ele também desconhecia; que estava na predição de inocente. Disse que o “Globo” havia veiculado a matéria e que não sabia até que ponto era a extensão. Que o fato era que, se tinha havido algum rateio na instituição, que teriam que ser responsabilizados sim e que seriam e que não tinham dúvidas, mas que estavam dando ciência de que não havia nenhuma informação nesse sentido. Que parecia que já tinha uma ação, provavelmente, civil pública, ajuizada contra o edital, mas que não havia chegado nada. O senhor **Luiz Felipe** tomou a palavra dizendo que em relação a taxa de administração, disse que não tinha. Disse que tinha esquecido de dizer, nessa possibilidade de resposta rápida, que não estava previsto embora a nova lei de convênio previsse 15% (quinze por cento) de custo indireto, que eles não tinham previsto nesses convênios nem custo operacional nem taxa de administração. Que a contrapartida que a fundação recebia era contratar por CLT por tempo indeterminado pessoas que iriam fazer aquele apoio acadêmico e um contador registrado no Conselho Municipal de Saúde e que era esse o apoio no convênio. Disse que era uma taxa mínima, não era uma taxa de administração que poderia ser usada fora do objeto, que era uma taxa

mínima para investimento no próprio apoio do convênio. Respondendo a questão da aula prática disse que era verdade, que teriam nos oito módulos laboratório de habilidades, porque tinha a aula teórica e a aula prática e que tanto uma como a outra poderiam ter a utilização de manequim ou outro cenário de ensino-aprendizagem que não fosse o próprio serviço ao vivo e a cores. Que isso estava previsto nos módulos, também, que eles estariam rodando em outros cenários, por exemplo, com simulação, manequins, enfim, outras possibilidades de fazerem uma ação da parte prática que não era o plantão. O **Conselheiro José Antônio Alexandre Romano** dando aparte reiterou o por quê da Prefeitura ter feito programas iguais aos da Residência Médica de ortopedia, de anestesiologia. O senhor **Luiz Felipe** respondendo disse que existiam várias modalidades de formação e que a tramitação da Residência Médica era um pouco longa, que levava um ano e que nesse meio tempo estavam requalificando esses hospitais de ensino que tinham perdido a certificação. Que tinham hoje somente dois hospitais de ensino reconhecidos pelo MEC, que era o Hospital da Piedade e o Hospital Municipal Jesus e que acreditavam que seria muito importante a volta dessa certificação para que pudessem ampliar as vagas para a Residência Médica e que nesse momento tinham tomado uma decisão de fazer essa ampliação dessa formação porque as pessoas precisavam do atendimento, no menor tempo possível, com mais qualidade e que, acreditavam, como o senhor **Márcio Leal** havia falado, que tinham vindo o “ALMIC” que não tinha conseguido pontuação e outras várias e que era importante falar sobre o critério que tinham tido para selecionar essas instituições. Que não tinha sido apenas abrir o edital e selecionar, que tiveram vários abre e fecha de editais até que a Comissão entendesse que era uma instituição sólida como era a UFRJ, que por acaso tinha vindo a concorrer, a UNIRIO, enfim, tinha vindo a UERJ, também, e o edital da SUBPAV que não tinha falado, mas que se quisessem poderiam chamar para irem lá; disse que tinha o Raphael de Paula Souza, que era um hospital da SUBPAV que tinha ganho também, o CEPESC que era da UERJ e que tinha feito a dobradinha com a FIOCRUZ, que era uma instituição que conheciam por sua excelência. Sobre o ponto eletrônico disse que o aluno poderia faltar 25% (vinte e cinco por cento) e que o acompanhamento era somente para que a Comissão de Fiscalização tivesse a segurança de atestar de que a pessoa existia. Disse que até poderia ter a situação de aluno que tinha colocado o dedo e saído. Que tinham feito uma opção nesse curso de trazerem uma inovação e que se funcionasse provavelmente iriam indicar para a Residência, pois via como uma forma de controlar mais o serviço público. Que um ponto era um critério de controle; que não iria resolver a vida de todo mundo, mas que daria uma certa segurança para a Comissão que iria fazer o atesto de cada curso e se a pessoa existia ou não. Disse que outras universidades utilizavam frequência escolar biométrica com crachá. Disse que já havia feito pós-graduação com crachá que passava para entrar e que isso era a frequência dele. Reiterou dizendo que o aluno tinha direito a 25 % (vinte e cinco por cento) de falta de acordo com a Resolução nº 1 do MEC. Disse que o desconto era do preceptor, que o desconto da bolsa proporcional, a Comissão estava indicando ao preceptor, pois o aluno era aluno e que tinha o direito de faltar esses 25% (vinte e cinco por cento). A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** retomando a palavra chamou o **Conselheiro Geraldo Batista de Oliveira** devido a troca de inscrição. O **Conselheiro Geraldo Batista de Oliveira** disse que sua pergunta era sobre a dúvida que tinha a respeito do Hospital Pedro II que era administrado por uma OS, porém, tinham um Coordenador de Emergência e Urgência; que era uma Administração Indireta e que o Programa não seria implantado lá. Perguntou se seria por causa disso a não implantação do Programa naquela unidade. Que eram administrados por uma OS, mas que tinham uma Gerente, funcionária pública de carreira, que era responsável pelas emergências e urgências daquela área, a Dra. **Maria Beatriz** e que não tinham sido citados na questão da implantação do Programa. Que essa era a dúvida que ele tinha. O senhor **Márcio Leal** ratificando o nome do **Conselheiro Geraldo Batista de**

**Oliveira** disse que aquela era uma excelente pergunta e que, até então, nem tinha passado pela cabeça dele isso e que, a princípio, não tinham amadurecido e pensado de o curso ser realizado numa OS porque exigia que o controle ficasse nas mãos dos servidores estatais do município. Continuou dizendo que a Comissão era assim para que tivesse uma independência porque a hora que pedissem para assinar alguma coisa ele pediria para sair. Que seria lotado em outro lugar, mas não teria a obrigação de ficar; que os membros da Comissão tinham uma certa independência para dizerem o que era certo ou errado. Que quanto a esse tópico, tinha sido uma escolha; que existia uma restrição orçamentária grande e que tinham a pretensão e o desejo de expandir o Projeto caso fosse bem sucedido e que estavam na iminência de uma nova lei que iria derrubar os parceiros do terceiro setor até 2019 e que não sabiam ainda como iria ficar; que na verdade deveria ter entrado em vigor em novembro do ano passado, mas por causa de uma Medida Provisória tinha sido prorrogada e que nunca tinha visto isso na vida por Medida Provisória ainda mais porque iria ser um desastre. Disse que a Secretaria de Saúde estavam bem à frente em termos dessa Comissão e que tendia a ser um modelo a ser espelhada para as demais, mas que não tinham visto nenhum óbice a princípio e que tinham discutido; que se tratava de uma questão orçamentária de não estender esse curso, mas que tão logo as finanças no Brasil como um todo estivessem melhores e saneadas, amadurecidas, ele pensaria sobre essa questão; que por coincidência tinham sido todas unidades próprias, mas que pensariam. Finalizou agradecendo pela pergunta, pois tinha contribuído muito para o amadurecimento da Comissão. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** agradeceu ao senhor **Márcio Leal** e passou a palavra a **Conselheira Miriam Andrade de Souza Lopes** que se apresentou como Conselheira municipal representante dos profissionais de saúde pelo Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Rio de Janeiro - SATEMRJ e disse que, primeiro, queria saber se pessoas que tinham feito esse Projeto ou esse Programa eram funcionários públicos e o senhor **Luiz Felipe** respondendo disse que sim, que ele era funcionário público federal. A **Conselheira Miriam Andrade de Souza Lopes** confirmou que todos que tinham feito o Projeto eram funcionários públicos estatutário porque ser público da área privada, era CLT. O senhor **Márcio Leal** confirmou ser 10/ (dez barra), estatutário. Na segunda pergunta disse que na audiência que tinha ocorrido na Câmara dos Vereadores, na semana passada, disse que o doutor **Daniel Soranz** estava lá e que ela havia confirmado com o **Conselheiro Ludugério Antônio da Silva** que também estava lá, mas que não tinha confirmado com a **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** que também estava na Mesa, que parecia que o doutor **Daniel Soranz** havia falado sobre esse Programa na audiência e que lá ela havia anotado algumas coisas e que primeiro ele tinha dito que seria investido ou gasto, 70 milhões (setenta milhões) nesse Programa todo. Perguntou se era esse e a pergunta foi confirmada. Outra coisa era que ele tinha dito e sido gravado em ata que os alunos não teriam presença nessas aulas, que seria tudo online; que o doutor **Daniel Soranz** havia falado isso lá e que no Conselho Municipal de Saúde tinha apresentado outra coisa. A outra pergunta era se haveria contratação, então, no Centro de Estudos para esses funcionários que eles tinham falado como técnicos de informática; o senhor **Luiz Felipe** disse que seria por processo de seleção. A **Conselheira Miriam Andrade de Souza Lopes** afirmando que contratariam, perguntou se seria através de concurso público. Perguntou se fosse por contrato, seriam chamados pela fundação, pela OS ou pela Rio Saúde. Finalizou dizendo que gostaria de saber também quanto os estagiários iriam ganhar; se iriam fazer de graça, só cumprindo carga horária; que deveriam ter um ganho e que gostaria de saber quantos daqueles que estariam lá exercendo esse estágio ou esse trabalho iriam ganhar trabalhando e atuando na sua carga horária. Disse que se tivesse alguma outra pergunta mandaria por escrito. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** agradeceu e chamou a senhora **Monique** mas antes pediu para que os palestrantes não dessem as respostas durante as perguntas e sim, posteriormente, para que fossem gravadas.

O senhor **Márcio Leal** achou melhor responder às perguntas da **Conselheira Miriam Andrade de Souza Lopes** e disse que o que parecia que tinha sido perguntado ao Secretário e que ele teria respondido tinha sido quanto as aulas, a parte teórica; onde seria ministrada a parte teórica e tinha sido isso que ele havia respondido e que inclusive ele, **Márcio Leal**, estava lá e tinha ouvido o que o vereador **Paulo Pinheiro** havia perguntado, tendo em vista que os Centros de Estudos, normalmente não iriam comportar; que ele ,inclusive, havia sido irônico perguntando se seria no refeitório ou em outro lugar. Continuou dizendo que, tradicionalmente, as aulas nos hospitais, às vezes, eram ministradas no refeitório, pois tinham dito para ele, mas que não seria o caso. Que era Educação a Distância; que, a princípio, estava previsto que o módulo tivesse avaliação e que teriam também interação nas reuniões periódicas e toda parte acadêmica. Disse que o blog poderia ser acompanhado. Continuou dizendo que já tinha tido curiosidade como Comissão; que já tinham acessado várias vezes e que parecia que estava fluindo. Continuou dizendo que não havia chegado também à Comissão nenhuma reclamação de aluno que não estivesse cumprindo o desiderato de ministrar as aulas tanto que tinha havido reprovação. Que o senhor **Luiz Felipe** havia falado que tinha havido reprovação maciça. Disse que um médico que não soubesse o que era SISREG, não soubesse como funcionava a rede, o que era Atenção Básica; que esse médico que não tivesse interação com rede ele teria uma formação prejudicada e não daria sequência e prejudicaria ao final os usuários, pois não saberia como funcionava a regulação e como seriam inseridas as informações; que essa era a importância. Resgatando outra fala, disse que tinha participado da revogação de uma Resolução de 2005 que dizia que as Universidades tinham que pagar para o município para que tivessem a formação, para que pudessem usar o espaço e essa resolução tinha sido considerada maléfica para o município porque ela havia afastado, gerado um descompasso na formação de profissionais e de aproximação; que a ideia que havia sido transmitida à Comissão era de aproximação com a rede, de intimidade, que fosse visto pelos números expressivos mostrados de Atenção Primária. Reiterando disse que a fala não havia sido essa e que teria sido quanto as aulas teóricas. Disse que, a princípio, não estava previsto, mas que as aulas seriam presenciais; que cada caso era um caso e que tinham unidades que tinham centros de estudos maiores que dariam e citou o Hospital Souza Aguiar dizendo que era uma unidade que tinham aulas presenciais, mas que havia dificuldade em manter o profissional nas aulas teóricas presenciais quando academicamente era a prática que contava mais da literatura que estudavam e era a justificativa técnica do Termo de Referência que havia lido. Respondendo sobre o salário retificou dizendo que não era salário era bolsa e que estava na planilha. O senhor **Luiz Felipe** retomou a palavra dizendo que tinham hoje, online, alguns desses editais na íntegra que eram muito parecidos. Disse que iria deixar o link e sugeriu que olhassem no edital, na íntegra, o Termo de Referência que tinha lá e o valor integral da bolsa do aluno, do preceptor e do coordenador; que em via de regra não era igual, que em hospital de grande porte a bolsa era um pouco maior. Que a bolsa do aluno iria de R\$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos), R\$ 7.000,00 a R\$ 8.000,00 (sete a oito mil) a bolsa do aluno que estava fazendo o curso. Que ele recomendaria que pegassem na internet, onde estava publicado online, o edital e assim teriam uma ideia do que estava sendo falado e que seria melhor olhar o Termo de Referência por inteiro visto que outras dúvidas poderiam surgir e que o edital tiraria as outras dúvidas. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** em deliberação ratificou o envio do link do edital pelo senhor **Luiz Felipe**, já que era público e o **Secretário Executivo e Conselheiro David Salvador de Lima Filho** socializaria para os Conselheiros via e-mail. Chamou a senhora **Shaiane Monique**. A senhora **Shaine Monique** se apresentou dizendo ser a advogada do Sindicato dos Médicos e disse que tinha surgido uma dúvida diante dos palestrantes. Que haviam informado que atuariam também por meio de simulação o que pressupunha que eles atuariam diretamente no setor de emergência já que tinha esse termo também; que o residente, sendo

contrato de CLT, ele teria a mesma atribuição, isto era, que faria o mesmo atendimento aos paciente como os médicos e que isso configurava tanto o CLT quanto o servidor público na mesma atribuição, na mesma atividade ocorrendo, inclusive, risco de um médico CLT fazer uma determinação para o servidor público e que sabíamos que isso acontecia assim como o servidor público fazer determinações para o CLT. Perguntou se eles tinham pensado em uma forma de não haver esse tipo de confusão que existiam nos hospitais, no caso, o privado. O senhor **Márcio Leal**, esclarecendo um equívoco, disse que os alunos e os preceptores não eram regidos pela CLT, que o apoio acadêmico que era celetista e a atividade fim não tinha sido; continuou dizendo que o presidente do Centro de Estudos estava na Comissão, que tinham dois membros, o **CGE** e o presidente do Centro de Estudos para que ele ficasse próximo e trouxesse para a Comissão eventuais conflitos desse tipo; disse que até o presente momento não havia chegado nada naquele sentido e que ele estava observando, que tinha havido uma certa imparcialidade e que obviamente se tivesse tido isso traria, mas que, sinceramente não tinha visto num SUS democrático e que era até uma coisa absurda partir de uma premissa de que iria acontecer uma coisa dessas para depois acertar; que se fosse assim, não andavam; que tinham que respeitar as posições, mas que essa situação ele não tinha vislumbrado. Continuou dizendo que conviviam com vários tipos de servidores, com pessoas contratadas e que, a princípio, não tinha visto esse tipo de problema, ele falando pela Comissão; alguém dando ordem a alguém, que parecia que não era esse o objetivo do curso, o ensino-aprendizagem e que queria deixar bem claro que era uma preocupação dele e que a procuradora **Dra. Marina** tinha advertido na elaboração do edital, que ela tinha deixado bem claro e que ele como presidente da Comissão estava tomando atitudes para verificar isso a fim de que alunos e preceptores não substituam os servidores municipais, não atuando nas atividades fim; que era uma preocupação da Comissão e que a todo instante estavam tomando atitudes e fazendo um gancho com o ponto biométrico que era uma segurança dele, que queria testar, que não sabia se a pessoa que estava assinando era aquela a assinatura. Que iria pegar a nota fiscal da pessoa, iria colocar o nome dele e a matrícula e que não saberia se iria se comprometer. Agora, aquela digital da pessoa não fosse da própria seria caso de falsidade ideológica e que poderia extrair peça para o Ministério Público para que fosse denunciado e preso. Disse que isso era uma segurança deles, mas que uma assinatura era mais difícil de saber. Continuou dizendo que não era porque tinha ponto biométrico que era CLT e respeitando as posições que enriqueciam o debate não poderiam partir da premissa e que a Lei nº 13.019 dizia que poderiam e deveriam adotar mecanismos eletrônicos para testar a frequência e, historicamente, nos convênios com essas ONGS tinha sido discutido que fulano havia pago valores para fulano que não existia. Que era um controle, pois não estava na unidade, que fazia outras coisas e que não tinha como ficar indo. Que imaginava também se eles tivessem que fiscalizar que gostariam de ter esse controle. Concluiu reforçando que as perguntas fossem direcionadas para esclarecer e contribuir, mas que não via essa mistura de celetista; que tinha sido muito bem advertido sobre isso e como Comissão estavam preocupados com denúncias desse tipo. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** passou a palavra à senhora **Sara Miranda** que se apresentou dando boa tarde e dizendo que já havia sido do Conselho Municipal de Saúde e do Distrital também representando o Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Rio de Janeiro - SATEMRJ, agora representado pela **Conselheira Miriam Andrade de Souza Lopes**; que trabalhava no Hospital Souza Aguiar há 29 anos e que irá se aposentar em agosto de 2016. Disse que tinha sido bom ter ido lá e que agradecia a **“Zezé”, Conselheira Maria José dos Santos Peixoto** pelo convite, pois esse tema estava sendo discutido no Souza Aguiar e que na semana passada, ela que trabalhava num setor fechado, disse que uma médica revoltada da equipe dela tinha falado que ela e outros médicos da antiga iriam sair porque agora a prioridade era dos novatos e dos preceptores e que, somente alguns, por indicação, que já

estavam aposentados, que estavam sendo chamados para serem preceptores e que pasmassem, esses preceptores estavam ganhando R\$ 12.000,00 (doze mil) e que elas que estavam há anos lá iriam se aposentar com dois mil e pouco. O **Conselheiro José Antônio Alexandre Romano** dando aparte retificou dizendo ser três mil. Disse que havia uma revolta muito grande e então tinha dito que o sindicato dela era o **SATEMRJ** e que o Conselho dela era o Conselho Regional de Enfermagem e que o mínimo que poderiam fazer era procurar o Sindicato dos Médicos ou CREMERJ e denunciar, inclusive, até pedir uma fiscalização dentro do Hospital Souza Aguiar. Disse que iria sair sentida, que não era por desmerecer o Residente, mas que muita coisa estava ficando nas mãos de Residentes; que era claro que eles tinham que aprender, mas os antigos estavam ficando para escanteio e pedindo para sair. Disse que esperava que quando saísse em agosto, antes iria entrar de férias e tiraria a Licença Prêmio, no dia 1º de abril, que estava acumulada, pois em 2016 se aposentaria; que queria somente saber se era isso, porque estaria no hospital amanhã. O senhor **Márcio Leal** respondendo à senhora **Sara Miranda** disse que era com angústia que recebiam a notícia da aposentadoria dela que deveria ter contribuído muito para o município; que também é servidor municipal e que apresentava sua solidariedade e conhecia as mazelas que acometiam a todos e que eram pontos de vistas que deveriam ser respeitados. Disse que como ela mesmo havia dito, os alunos não tinham culpa também e que para essa questão não havia resposta. Que, obviamente, ela por muitos anos havia contribuído para o município e estava sofrendo com um processo que vinha de longa data, de ingresso, de defasagem salarial em comparação com quem estaria chegando, mas também, não poderiam esquecer que essa disparidade tinha sido gerada pela Resolução de 2005 que havia tirado a formação; que não tinha formação, não tinham profissionais e que tinham que estar sensíveis para essa situação nas três esferas. Continuou dizendo que não conseguiam angariar profissionais, que não era esse o escopo do trabalho; que não estavam dando salário, que mais uma vez iria repetir que eles recebiam bolsa, não recebiam salários, não eram celetistas e que o fundamento jurídico era outro, tecnicamente. Que eles não tinham garantia de CLT, que não tinham previdência, que não tinha uma série de garantias, que ainda que fossem mínimas, tinham sido conquistadas; que era um bolsa de curso e que não tinham culpa disso e que tinham que partir dessa premissa. Continuou dizendo que o que competia a eles era estarem sensíveis a essa situação de tensão ocorrida lá dentro e que a Comissão poderia ir lá para ver. Disse que diante disso iria designar na próxima sessão deliberativa em ata. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** dando aparte convidou a Comissão para estar presente no Hospital Souza Aguiar e o senhor **Márcio Leal** ratificou a presença da Comissão com satisfação. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** passou a palavra ao **Conselheiro Milton Lima** que se apresentou como AP 2.1 e disse que até o momento os profissionais de saúde tinham falado, mas que ele era usuário e que com relação a bolsa, aquilo não era bolsa e sim uma boca porque com esse valor todo, esse tamanho da bolsa era uma boca para calar a boca de muita gente. Continuou dizendo ainda com relação ao que estavam falando que era surpresa porque sempre tinha pensado que o que uma universidade traria para nós eram coisas boas e que observando as universidades, só traziam coisas ruins e que não sabia o que as pessoas tinham feito nas universidades e que vinham para a Secretaria fazendo moda. Deu exemplo dos iluminados e profetas das universidades que vinham com um projeto se antecipando ao que estava na Câmara e que com relação ao hospital estava acontecendo a mesma coisa. Que ainda com relação à fiscalização que seria feita, que tinham dito que seria feita pelos palestrantes e que então seria um compadresco, porque, num hospital, um médico tinha ficado um ano inteiro burlando a fiscalização não dando plantão e que o diretor nunca tinha sabido que ele faltava o ano inteiro. Continuou dizendo que tinha ficado um compadrismo e que quando o Secretário esteve lá ele havia perguntado se o diretor não seria punido e que o Secretário havia respondido que não seria punido enquanto a Comissão de

Sindicância não concluisse o processo. Concluiu dizendo que na verdade o SUS era para pobre e que o SUS ficaria sempre nas mãos dos aprendizes porque se a gente quisesse ser operado pelo “coirão”, a gente iria ficar na mão e seria atendido pelo aprendiz, que não tinha culpa nenhuma daquilo porque estava ali aprendendo. Continuou dizendo que sua filha até tinha ficado zangada com ele devido a sua tese que achava que o aprendiz, o bolsista devia pagar ao invés de receber, porque estava aprendendo e outro detalhe era que o sujeito estava formado e não tinha um salário de aprendiz, que era um salário maior do que outros diplomados. Finalizou dizendo ser um absurdo e que deveriam pensar melhor sobre isso. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** agradeceu o **Conselheiro Milton Lima**, que foi muito aplaudido ao final de sua fala. Passou à palavra ao **Conselheiro Jackson Caiafa** que se apresentou como da Associação Carioca de Diabetes e também, como cirurgião vascular, ex servidor do município. Fez a primeira pergunta que dizia respeito a ele, que tinha 60 (sessenta) anos e queria saber se tinha limite de idade para entrar na bolsa, porque o salário o interessava e que não era para ser preceptor não e sim bolsista; que tinha pedido demissão porque o salário dele era ruim. Perguntou se a bolsa era de trinta horas, se não era vinte e quatro mais seis horas e o senhor **Márcio Leal** disse que teria que verificar no CNES e continuou dizendo que pediria demissão para trabalhar nessa bolsa porque não ganhava isso em nenhum emprego que pudesse ter e que seria melhor pedir demissão e ganhar a bolsa do município. A segunda pergunta dizia respeito a uma frase do senhor **Márcio Leal**; que o médico que não soubesse o que era SISREG, etc. que ele achava que tinha que saber para trabalhar no município, mas que o médico tinha que saber medicina primeiro; continuou dizendo que, segundo, mais importante, que se eles, depois de trinta dias, na primeira avaliação, que parecia que 50% (cinquenta por cento) tinha sido reprovado, que, sinceramente, qualquer curso que tivesse 50% (cinquenta por cento) de reprovação não seria culpa do aluno e sim do curso; ratificou que era sabido que qualquer um que trabalhasse com educação, que 50% (cinquenta por cento) de reprovação, a culpa era do curso e não do aluno. Continuou dizendo que ligado a isso, nas horas que estariam trabalhando, que o senhor **Márcio Leal** tinha dito que não via, mas mesmo sendo advogado, poderia trabalhar em hospital, mas que dentro do hospital quem houvesse trabalhado ou trabalhasse com residente, hoje, sabia a luta que existia entre eles; quem entraria em cirurgia ou não para aprenderem. Continuou perguntando se eles achavam que um pós-graduando iria chegar no hospital e que esse rapaz teria as mesmas prerrogativas dos Residentes de entrar em todas as coisas que um Residente fazia. Que se ele tivesse essas prerrogativas haveria, primeiramente, uma revolta dos Residentes, além de outros problemas, porque eles estavam ali disputando um com outro lá dentro quem era que iria fazer o quê para aprender mais. Finalizou dizendo que era por isso que a Comissão de Residência Médica tomava o extremo cuidado em colocar um número de vagas por cada serviço, porque aquele serviço não absorvia mais gente do que aquele quantitativo. Agradeceu sendo aplaudido. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** agradeceu e o senhor **Márcio Leal** começando primeiramente pela fala disse que, em princípio, não tinha qualquer forma de apadrinhamento de ninguém e que ele não tinha feito concurso de brincadeira, que não ali brincando e nem a passeio e que conhecia todas as pessoas da Comissão do Nível Central e que o dia que percebesse algum tipo de influência ou outra coisa, que pediria para sair e iria para outro lugar; que o salário dele continuaria da mesma forma e que não teria nada a perder, apenas deixaria de participar do projeto que era academicamente de cunho pessoal; que a Lei 13.019 fazia parte de sua tese e que tinha esse tipo de interesse. Continuou dizendo que quanto aos questionamentos dos cursos parecia que toda forma de conflito era ruim, fosse em ambiente de trabalho, ambiente hospitalar, ao que lhe parecia como profissional de direito e da saúde que ele havia passado no concurso e crescido lá, que tinha feito parte da SURCA, dos sistemas de controle e que o maior prejudicado nessa situação, do ponto de vista humano e jurídico, era o paciente. Que o médico a gente

sempre ouvia; sendo imparcial, que o médico era o rei do SUS, que ele sabia mais do que o enfermeiro, do que o auxiliar de enfermagem, do que o agente de saúde da família e que não parecia verdade e que ele, pelo ao menos, enxergava todos como sendo no mesmo nível, todos eram SUS assim como todos nós e que se integrava ao Conselho, que era um órgão de controle criado para auxiliar também e que não tinha chegado como ofensa as palavras e que era claro que ele não conhecia tudo e que tinha que aprender como Comissão e como Comissão estavam ouvindo. Continuou dizendo que visitavam e tinham um outro tipo de olhar; que o olhar dele era malversação de recursos públicos e que como havia falado tinham pessoas dos centros de estudos e que o senhor **Luiz Felipe** que acompanhava mais de perto iria esclarecer. Disse que não era essa realizada de que eles viam de embate e de conflito. Que uma coisa boa que o **Conselheiro Jackson Caiafa** havia falado era que ele deixaria o emprego para vir para rede para aprender e que era uma coisa maravilhosa e que não era para ganhar mais e sim para aprender, porque teria que passar na prova e fazer uma série de coisas e que era interessante. Que não estavam conseguindo atrair profissionais e que isso era uma coisa boa; que talvez se chamassem-no para ir lá e fazer um atendimento gratuito, não saberia qual seria o retorno, mas que pagando um bom salário sim. Retificou dizendo que eles falavam em salários, mas não era salário e sim bolsa. Disse que não era o idealizador do projeto, que eram a Comissão de Fiscalização e que desconheciam algumas questões e que olharia o CNES do **Conselheiro Jackson Caiafa** para saber se ele teria disponibilidade de tempo como faziam; continuando que tinha um e-mail de um que tinha dito que achava que iria ganhar dinheiro e que teve um outro e-mail de desistência de um coordenador que disse que achava que seria fácil e que a Comissão estava no pé dele e que estava tudo no painel; continuou dizendo que acompanhavam, que olhavam no CNES - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde e viam. Disse que seria o maior prazer contar com a colaboração do **Conselheiro Jackson Caiafa** em um dos cursos, mas que não era esse o escopo. O senhor **Márcio Leal** pediu para passar a fala para o senhor **Luiz Felipe** porque ele teria que complementar uma informação que ele não sabia. O senhor **Luiz Felipe** respondendo sobre os 50% (cinquenta por cento) de reprovação disse que isso não era problema e que tiveram alunos que tiraram dez e outros que tiraram zero e que, sendo assim, a resposta de que tinha havia 50% (cinquenta por cento) de reprovação iria depender; que se os 50% (cinquenta por cento) tivessem tirado abaixo de 7 (sete), que era a nota, era um problema, mas que não tinha sido o caso; que poderiam até apresentar posteriormente os dados acadêmicos para verem. Disse que tinha todo tipo de nota e que era muito bom que o curso tinha cumprido seu papel acadêmico de ter dado dez ou zero para quem merecia. Fazendo uma correção disse que desses 50% (cinquenta por cento) havia uns 20% ou 25% (vinte ou vinte e cinco por cento) de pessoas que não tinham feito a prova e estavam colocados dentro desse pacote. Continuou dizendo que de 365 (trezentos e sessenta e cinco) alunos desse primeiro módulo, 280 (duzentos e oitenta) tinham feito a prova, que 85 (oitenta e cinco) nem tinham feito a prova e estavam em fase de recuperação e que tiveram notas de dez, zero, sete e que, dessa forma, 50% (cinquenta por cento) de reprovação dependeria de cada caso. O senhor **Luiz Felipe** se despediu dizendo que teria que sair devido a um compromisso e que a pauta não seria um debate. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** ratificou dizendo que a pauta feita pelos cinco membros da Comissão Executiva, solicitada pelo **Conselheiro José Antônio Alexandre Romano**, era esclarecimento sobre esse ponto para que viesse uma discussão como ponto de pauta. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Salvador de Lima Filho**, tomando a palavra, disse que esse ponto era um esclarecimento e que se fosse necessário ele viraria depois um ponto de pauta e que para tanto seriam 30 minutos e que já estavam com 1h:15m (uma hora e quinze minutos) e que tinham um outro ponto que estava sendo prejudicado, que era a questão da Tuberculose e que estavam ali naquele "reme-reme". Nesse momento ocorreu "burburinho" no auditório. Disse, que chamaria à

ordem a reunião, que iria suspender esse ponto e entrariam no próximo ponto e que se fosse necessário, criariam outro ponto de pauta para uma outra vez. A **Conselheira Maria José dos Santos Peixoto** pediu um encaminhamento e o **Secretário Executivo e Conselheiro David Salvador de Lima Filho** disse que era esse encaminhamento que estava fazendo. A **Conselheira Maria José dos Santos Peixoto**, tomando a palavra, disse que era do Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro - SASERJ, e que a questão de encaminhamento era que esse ponto era polêmico e que não dava para apresentar sem que houvesse uma discussão e que estavam abertos ao diálogo. Perguntou para a **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** quantas pessoas ainda estavam inscritas e a mesma respondeu dizendo que era a própria Conselheira e o **Conselheiro Marinaldo Silva Santos (Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro - SINDPSI)**. Continuou dizendo que os palestrantes deveriam ter anotado todas as perguntas e posteriormente respondido ponto por ponto como se fazia em mesa redonda e não dando a toda hora respostas entre uma falava e outra. Que uma pessoa falava e o outro respondia e que isso era até muito bom, que não estava criticando, mas que estava apenas questionando a questão do tempo, pois não tinham disponibilidade de tempo para fazerem essas perguntas e respostas. Propôs à Mesa que mantivessem a tranquilidade do plenário, que faltavam apenas duas pessoas, inclusive, ela própria não iria falar, mas depois de algumas falas tinha se sentido na necessidade, enquanto segmento dos trabalhadores, de se pronunciar naquele pleno. A **Conselheira Ângela de Lamare** pediu uma questão de ordem e a **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** disse que o **Conselheiro Jackson Caiafa** já havia pedido antes. O **Conselheiro Jackson Caiafa** disse que com exceção da parte final, com um pequena explicação da reprovação, ele havia se sentido respondido nas suas perguntas e que tinha se tornado mais importante o tempo dele no CNES do que a realidade do problema dos Residentes. A **Conselheira Ângela de Lamare** disse que como questão de ordem, na Comissão Executiva, o Sindicato dos Médicos tinha solicitado o ponto de pauta tendo 30 minutos, com esclarecimento, a fim de que os Conselheiros tivessem acesso às informações e que, posteriormente, os Conselheiros de posse dos links, blogs e todas informações oferecidas, solicitariam, caso necessário, outro ponto de pauta para que houvesse uma discussão ampliada a respeito da questão e que tinha sido solicitado em meia hora. Continuou dizendo que, como questão de ordem e com uma hora e meia, tendo a Tuberculose, que achava que estava prejudicada, gostaria de reforçar a questão do atendimento do ponto de pauta do esclarecimento e do acesso às bases legais a todas as informações de blog e como poderiam acompanhar o processo e, caso houvesse necessidade, solicitaria a inclusão de novo em pauta para maiores esclarecimentos. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Salvador de Lima Filho** falou que achava que não precisaria disso e pediu para fazer um encaminhamento dizendo que faltavam dois interlocutores somente e que o pessoal do ponto da Tuberculose já estava prejudicado e por isso tinham colocado que prefereriam estar em uma outra reunião. Então, ratificou que iriam ouvir os outros dois interlocutores. Que o senhor **Luiz Felipe**, a princípio, tinha um outro compromisso e que teria que sair mas que o senhor **Márcio Leal** ficaria para ouvir esse dois e que depois estaria encerrada a reunião. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** chamou a **Conselheira Maria José dos Santos Peixoto** que se apresentou dizendo ser representante do Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro - SASERJ e que tinha chamado a atenção dela, que fazia dela as palavras do **Conselheiro Milton Lima**; que ela tinha ficado ouvindo, que a proposta estava muito boa e que tudo que se falava e que se fazia para educar e para melhorar o atendimento no Sistema Único de Saúde ela defendia. Que defendia todas as propostas positivas, que preparar o homem para atender melhor o homem era tudo de bom. Ressaltou que não era contra o projeto, mas o que a preocupava e tinha chamado atenção, era a bolsa. Que a bolsa dava uma rasteira nos cirurgiões medalhões e “bisturis de ouro”

que tinham no município do Rio de Janeiro. Que era uma vergonha; não que não merecessem receber uma bolsa de seis, oito e doze mil reais, mas que era uma "cacetada" na cabeça de todos os profissionais de saúde de nível superior, de nível médio ou todos os níveis. Aplausos. Continuou dizendo que educar com o dinheiro dela, com o dinheiro do outro, que ela defendia, porque tinham que preparar as pessoas, mas que não era justo que um bolsista recebesse um valor como este e que isso era de arrepiar. Ratificou dizendo que não que o homem não merecesse ou que o cidadão não merecesse, mas, com certeza, os "staf" iriam ficar de "cabelo em pé" e que iriam parar a rede. Falou para que tivessem cuidado com isso, porque esses estudantes

que eram médicos, mas não eram especialistas e o **Conselheiro José Antônio Alexandre Romano** dando aparte disse que alguns eram e ela ratificou dizendo que em alguns casos outros não, que eles não poderiam assumir a assistência direta das instituições; que era inconstitucional e que ninguém poderia substituí-la enquanto servidora pública estatutária e jogá-la para fora para que um bolsista assumisse seu cargo; que isso não podia e não iria acontecer. Continuou dizendo que ficava preocupada para a **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes**, o **Conselheiro José Antônio Alexandre Romano**, o Secretário Executivo e **Conselheiro David Salvador de Lima Filho** e demais companheiros e também, os companheiros do projeto; que as coisas não eram discutidas de uma forma coletiva; que elas eram discutidas em uma comissão, que a comissão resolvia, levava para a rede e que as pessoas tinham que engolir. Disse que não sabia até que ponto e que teria conflito sim entre residentes, entre "staf" e entre os bolsistas chamados pós-graduação e que quanto ficasse chamando bem a atenção isso criaria uma rede de intriga e luta. Finalizou dizendo que queria dizer a todos que, enquanto segmentos dos trabalhadores, naquele plenário, naquele Conselho Municipal de Saúde, que não era contra, que era a favor e estava fazendo a proposta à Mesa Municipal de Negociação do SUS que abrisse, em medida emergencial, uma reunião com os sindicatos para que pudessem aprovar o PCCS, que já tinha recursos financeiros pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro para que fosse concedido aos profissionais da rede municipal de saúde do Rio de Janeiro o mesmo valor e que não queriam mais do que isso. Reiterou que queriam o mesmo valor que receberiam os bolsistas da pós-graduação. Dirigindo-se ao senhor **Márcio Leal** disse que a Saúde e que o Sistema Único de Saúde não era feito tão somente por médicos e disse que ficava muito à vontade porque tinha seis médicos na família, mas que dizia para eles que SUS era um conjunto de trabalhadores e que sem um, não daria certo. Disse que não poderiam oferecer um serviço de uma pós-graduação somente para uma categoria e não para as demais categorias que ficavam a mercê tendo que pagar curso lá fora para fazer, enquanto as instituições que deveriam estar formando o cidadão, formavam, como havia dito, pessoas que tiravam zero na prova. Garantiu dizendo que se fosse fazer uma prova não tiraria zero. Finalizou dizendo que este Conselho tinha que ser solidário aos profissionais de saúde da Rede Municipal de Saúde e que, amanhã, às dezesseis horas, teria um ato público na Cinelândia que estava confirmado e que era um movimento geral contra a privatização e que estava também na pauta esse ponto. Agradeceu. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** passou a palavra ao **Conselheiro Marinaldo Silva Santos** que deu boa tarde, se apresentou como representante do Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro - SINDPSI e disse que ele achava que a questão do estágio era merecida para qualquer um que saísse da faculdade; que qualquer um iria querer aprender e desenvolver o seu serviço; disse que tinha aprendido muito mais no tratamento psicanalítico, pois era psicólogo, do que propriamente no estágio. Disse que, posteriormente, o estágio tinha lhe valido bastante. Que estava havendo uma inversão de vínculo e que oferecer uma bolsa de sete mil, que tinham Residentes que ganhavam dois mil e setecentos, que tinham servidores que não ganhavam o que os residentes ganhavam e que isso era uma vergonha; que era vergonhoso trabalhar como profissional na saúde do município do Rio de Janeiro, que era terrível

e que vinha um programa para oferecer sete mil, que o **Conselheiro Jackson Caiafa** estava corretíssimo e que ele concordava dele estar nesse programa porque ele ganharia muito mais como profissional. Disse que o vínculo acabaria e que parecia que isso na realidade era uma substituição e uma política de saúde do município do Rio de Janeiro fazendo com que não houvesse mais concurso público, porque tinha que haver sim concurso público para o preenchimento dessas vagas e era isso que eles dos sindicatos lutavam, para que houvesse concursos públicos e fossem preenchidas as vagas e que continuassem as Residências e que os profissionais estatutários não fossem substituídos por estagiários. Ratificou dizendo que isso era uma política de saúde e perguntou que se era política de saúde por que não tinha passado no Conselho; que deveria ter passado pelo Conselho para que fosse reprovado, mas, como sabiam que seria reprovado não tinham passado pelo Conselho e o que estava acontecendo era apenas uma apresentação a muito custo e com interrompimento. Continuou dizendo sobre quantas discussões no Conselho já tinham passado do tempo colocado, às vezes, meia hora, quarenta minutos, cinquenta minutos e que não dava tempo de se discutir o que estava em pauta e por que esse ponto não poderia ser estendido. Perguntou se era porque não interessava ao Conselho, não dos segmentos usuários e profissionais mas dos gestores; interrogando, disse que, com isso, iriam interromper a pauta, interromper as falas. Finalizou dizendo que estava encerrando a fala dele mas que depois queria fazer uma questão de ordem. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** acatou o pedido e passou a palavra ao senhor **Márcio Leal** que disse que tinha sido mais uma exposição de ideias e desabafo do que perguntas direcionadas à Comissão e como Comissão de Fiscalização do Convênio ele gostaria de agradecer a oportunidade de estar presente e se colocou à disposição dizendo que iriam receber toda e qualquer documentação. Disse que não poderia responder naquele momento porque estava ali como Comissão; que tinha participado na fase de seleção e agora acompanhamento; que não tinha participado do processo e que não sabia porque tinha passado; que tinha sido através de um Chamamento Público no ano passado. Concluiu dizendo que essa não seria a única oportunidade que teriam e que iriam voltar a debater o assunto como Comissão, municiados de mais informações com a discussão mais amadurecida e com mais coisas acontecendo. Pediu desculpas dizendo que nem sabia, que para ele seria meia hora e que não tinha se preparado como Comissão. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** tomando a palavra disse ao senhor **Márcio Leal** que a **Conselheira Maria José dos Santos Peixoto** tinha feito uma proposta que se levasse a discussão e esclarecimento para a Mesa de Negociação e se poderia e a **Conselheira Maria José dos Santos Peixoto** disse que sua proposta era outra e a **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** disse que retirava o que havia falado porque tinha tido o entendimento que ela teria pedido isso. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** agradeceu ao senhor **Márcio Leal** e passou a palavra para questão de encaminhamento do **Conselheiro Marinaldo Silva Santos**, representante dos profissionais de saúde pelo Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro - SINDPSI que disse que a Mesa era composta por membros colocada pelo Regimento Interno, que tinham profissionais de saúde, tinham usuários e o presidente da Mesa e que o presidente da Mesa era o Secretário e que nem sempre o Secretário podia estar pessoalmente e que, então, existia um substituto que é **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes**. A **Conselheira Ângela de Lamare** dando aparte disse que a **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** é substituta eleita do Presidente do Conselho Municipal de Saúde e não do Secretário de Saúde. O **Conselheiro Marinaldo Silva Santos** corrigiu dizendo que a **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** é substituta do Secretário na Mesa porque ela exercia a função de Presidente como se o Secretário de Saúde estivesse exercendo a posição de Secretário aqui nessa Mesa; que então, ela estaria exercendo a função de presidente da Mesa. E, o que estavam percebendo era que a condução da Mesa não estava sendo feita pela **Conselheira Maria de Fátima**

**Gustavo Lopes** e se dirigindo ao **Secretário Executivo e Conselheiro David Salvador de Lima Filho** disse que era essa questão que ele queria colocar e que, por mais companheiro que ele fosse, gostaria que a Mesa fosse conduzida pela **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** porque quem determinava era ele e que ficavam a mercê do **Secretário Executivo e Conselheiro David Salvador de Lima Filho** de gostar do assunto como gestor ou não; que quando ele não gostava da matéria ele interrompia as falas. Que não sabia se era encaminhamento ou questão de ordem o pedido para que a Mesa fosse conduzida pela presidente da Mesa; que achava que era uma questão regimental. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** respondendo à fala do **Conselheiro Marinaldo Silva Santos** disse que tinha sido eleita para estar ali, substituta do Presidente do Conselho Municipal de Saúde, porém, que na Mesa, havia momentos e reuniões que perdiam o controle; que o **Conselheiro José Antônio Alexandre Romano** havia inscrito oito pessoas tirando a caneta da mão dela e que o **Secretário Executivo e Conselheiro David Salvador de Lima Filho** ficava “chocalhando” no ouvido dela e que se era para ela colocar ordem ninguém mais falaria na Mesa e que o encaminhamento tinha sido muito bem feito. Disse que a partir de agora iriam pautar na Comissão Executiva isso e que ninguém ficaria mais no ouvido dela, porque sabia muito bem como presidir uma Mesa e cortar também; que quando assumia e eu quando via que a tolerância era zero ela deixava os companheiros desabafarem e falarem algumas coisas, mas que se fosse para cortar, ela cortava. O **Conselheiro José Antônio Alexandre Romano** pediu desculpas publicamente e disse que para os profissionais de saúde ela era a presidente, que tinham votado nela e estavam com ela. Ratificou dizendo que a **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** era, sem dúvida, a representante deles. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** disse que daria a palavra a quem quisesse falar, mas que o **Conselheiro José Antônio Alexandre Romano**, hierarquicamente, tinha tomado uma atitude não viável. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** disse que eram membros da Comissão Executiva, amigos, negócios a parte, que se era para colocar ordem ela começaria a botar ordem. Disse que também existia um domínio muito grande e um desrespeito por parte dos companheiros que tinham que esperar um falar e que não ficassem “pipocando” no auditório inteiro, porque era um desrespeito à Mesa e que não acataria mais isso. Disse que o **Secretário Executivo e Conselheiro David Salvador de Lima Filho** que estava na Mesa, estava pedindo a palavra e a **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** perguntou se era sobre esse assunto e o **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** ratificou dizendo que achava que tinha sido acusado injustamente de estar dirigindo os trabalhos e que em nenhum momento algum ele havia sugerido à condutora dos trabalhos a fazer alguma coisa; que como ela tinha falado que ele tinha “chocalhado” no ouvido dela, que não tinha problema porque ele entendia muito bem o vocabulário dela; mas que em nenhum momento, a não ser quando havia pedido uma questão de ordem em relação ao espaço de tempo e com relação ao que havia sido definido na Comissão Executiva e que havia pedido questão de ordem para ela. Concluiu dizendo que não estava conduzindo trabalho nenhum, que estava auxiliando a Mesa como sempre fazia e que não gostava de ser acusado de algo que não houvesse cometido e que não gostava de ver questões colocadas de uma forma numa reunião e depois acontecendo de outra; que considerava isso golpe e não gostava de golpismo; que era favorável e o primeiro a garantir o espaço democrático para discussão e que todos que o conheciam sabiam disso, mas que para isso existiam regras que precisavam acatar senão diminuíam o direito de um para prevalecer o direito de outro. Disse que o que tinha sido acordado era o espaço de meia hora, apenas para esclarecimentos, para criarem subsídios e, se depois fosse necessário, puxariam uma pauta para a discussão e que não tinha acontecido nada disso e que em virtude disso um ponto tinha ficado prejudicado que era o ponto da Tuberculose que teriam que trazer para a outra reunião. Continuou dizendo que o companheiro da Tuberculose tinha ficado o tempo todo assistindo a reunião e que

tinha ido embora porque não iria apresentar um ponto sob prejuízo. Que voltava a dizer que não estava dirigindo, que tinha feito leitura da pauta porque a coordenadora havia pedido que ele lesse e que tinha feito isso porque ela havia pedido; que em momento algum tinha tomado a direção porque não era do seu costume fazer isso. Disse que a partir do momento que colocaram a companheira para que fosse a substituta do presidente, que ela teria o direito de exercer as prerrogativas dela; que somente iria fazer o que ela havia pedido e que o que não pedisse, não iria fazer. Finalizou dizendo que respeitava todos os companheiros presentes. O **Conselheiro José Antônio Alexandre Romano** pedindo resposta disse que era da Comissão Executiva e que queria consignar na ata e no microfone que mais uma vez o **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima**, antes, sem microfone tinha falado que ele estava tendo uma atitude golpista e que isso era uma absurdo. Que tinha feito as perguntas necessárias à Comissão e que a direção da Mesa tinha resolvido junto, em comum acordo, com os representantes da Secretaria que se respondessem cada pergunta; que ele não controlava a pergunta das pessoas e que todas as pessoas tinham feito perguntas, tanto que eles tinham respondido e que havia demorado uma hora e meia para isso. Disse que o que ele queria mesmo era abrir para esclarecimentos porque se eles não tinham sido claros, se o governo não tinha sido claro na apresentação que havia feito, com subsídios que tinham sido dados, que as pessoas tinham resolvido perguntar e que ele não tinha culpa e não era golpista; que era democrata e que tinha trazido para a reunião com muita dificuldade; que ele tinha pedido à Secretaria por e-mail para que lhe dessem todas as informações e que a Secretaria não tinha dado as informações a tempo e que teve que reclamar com a **Conselheira Patrícia de Albuquerque** que não tinha aquelas informações; que quando recebeu o e-mail não tinha vindo aquelas informações e colocando que eles usassem a Lei da Transparência para obter as informações sobre o programa. Que hoje estava na Mesa sabendo que um médico pós-graduando, depois de três anos, estaria recebendo uma bolsa de doze mil e ele estava recebendo três mil. Que ele realmente era um idiota, que realmente era um golpista e que tinha golpeado a si próprio. Aplausos. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** avançando passou aos informes das Comissões; a Comissão de Saúde do Trabalhador, a Comissão de Saúde, a Comissão de Orçamento e Finanças, a Comissão de Saúde Mental não tiveram informes; na Comissão de Gênero, Raça e Etnia a senhora a **Conselheira Sônia Regina G. da Silva** informou que tinha levantado o dedo e que quase iria entrar em um assunto que não tinha se esgotado e que voltariam para ele, mas, enquanto Comissão, ela gostaria de trazer uma coisa pertinente, que tinham pedido à Mesa e que tinham pedido ao responsável que estava lá pronto para fazer a outra apresentação porque era muito difícil uma coisa que estava sendo tão debatida e que os fóruns estavam batalhando muito junto às gestões para que trouxessem esse tema e fazer com que a cidade se movesse para conhecer o tema que era a Tuberculose. Que era difícil e que não pensassem que era fácil fazer uma Secretaria se preparar para dar um retorno do que estava sendo feito para melhorar o quantitativo de pessoas que estavam sendo atingidas pela Tuberculose, inclusive com outras doenças, indo à óbito. Ratificou dizendo que a apresentação iria ficar para o mês seguinte e que o apresentador tinha acordado que poderia fazer isso. Mas que queria trazer uma coisa para todos, que não pensassem que a Tuberculose só dava em pobre; que estava falando com o plenário, enquanto usuária, moradora de uma Comunidade e que a gente achava que Tuberculose era coisa de pobre, mas que não era e que ela dava em qualquer um; diferentemente da AIDS que havia possibilidade de se defender usando a camisinha, a Tuberculose não; que se tivesse alguém do lado dela e tossisse e essa pessoas estivesse contaminada, com certeza ela adquiriria essa patologia. Disse dirigindo-se à Mesa, que achava que todos ali presentes tinham que prestar a atenção, pois não tinha se sentido contemplada porque essa Mesa tinha tido um trabalho enorme para que essa Secretaria trouxesse esse tema tão relevante. Continuou dizendo que o usuário eram 50% (cinquenta por cento) e

que teriam que parar e conversar com eles próprios; que, enquanto inimigos, não é que cada um tinha uma razão de estar lá, mas que tinham coisas que eram inerentes para todos. Finalizou dizendo que não era médica e nem profissional de saúde, mas que precisava dos dois para cuidar dela e das outras pessoas lá fora que eles estavam falando e que cabia uma reflexão, pois tinham que pensar o que queriam e para que aquele Conselho servia. Disse que não entendia de muita coisa e que não tinha vergonha nenhuma de dizer isso, mas que tinham pessoas lá fora perdendo vida por conta de coisas que eles poderiam estar ajudando a solucionar, a minimizar essa mazela que estava lá do lado de fora. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** agradeceu a **Conselheira Sônia Regina G. da Silva** que foi aplaudida. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** dando continuidade nos informes chamou a Comissão Especial para acompanhamento de Eventos de Massa que não teve nada a informar; a Comissão de Educação Permanente que tinha 30 minutos de apresentação tinha ficado para a próxima reunião; a Comissão de DST AIDS sem informes. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** passou aos informes da Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Saúde e o **Secretário Executivo e Conselheiro David Salvador de Lima Filho** informou que tinham recebido um encaminhamento de expediente do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro dando ciência que tinha sido, por unanimidade, arquivado o processo **40/0065686/2014** e que tinham remetido essa cópia para o Conselho Municipal de Saúde sobre Execução Orçamentária do Fundo Municipal de Saúde que se referia ao período de janeiro a agosto de 2014; que também tinha sido encaminhado pelo Tribunal o ofício que dava conta do processo **40/007745/2012** que se referia à análise da Execução Orçamentária do Fundo Municipal de Saúde no período de janeiro a agosto de 2012 e que tinha sido devidamente arquivado. Disse que queria informar que com relação às Conferências Distritais e Municipal de Saúde que as questões de organização já estavam em pleno andamento e que a primeira Conferência que iria acontecer é da AP 3.1, agora, nos dias 7, 8 e 9 de Maio, no Fundão, no Auditório Rodolfo Rocco, chamado “Quinhentão”, localizado no subsolo do Centro de Ciências e Saúde da UFRJ. Que a Comissão Organizadora do Conselho Municipal de Saúde, a Comissão Central, tinha se reunido com todas as Comissões de todos os Conselhos Distritais e que tinham passado informações pertinentes à questão de temário, como se dava a realização das propostas, dos encaminhamentos das propostas e que hoje tinham encaminhado para todos os Conselhos Distritais orientações de textos, do tema e que mais uma vez reforçava de como se dariam essas propostas e encaminhamentos. A Comissão Organizadora vem se reunindo e que como todos já sabiam, a **Conferência Municipal de Saúde será no Centro de Convenções SulAmérica, dias 17, 18 e 19 de Julho**. Informou também que o Conselho Nacional ainda não tinha encaminhado nenhum direcionamento, nenhuma forma de como se conduzir a Conferência com relação às propostas, encaminhamentos de diretrizes e que estavam caminhando baseados na proposta da última Conferência e que iriam caminhar assim, pois não poderiam parar. Continuou informando que a Conferência Nacional será em dezembro e que a nossa já começaria agora em maio, pois a Conferência Municipal começava, como ele havia falado, com a Conferência Distrital de Saúde da AP 3.1. Finalizou dizendo que estavam tomando todas as providências para que tudo corresse bem, que os materiais fossem entregues em dia e que fizessem boas conferências e agradeceu. Em tempo, reiterou que iriam divulgar datas, locais, horários das Conferências em data mais próxima. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** disse que já havia informado no blog e no facebook, no jornalzinho Notícias e que iriam continuar informando à Comunicação. Passando para os informes finais a Conselheira **Maria José dos Santos Peixoto** informou que no dia seguinte, às dezesseis horas, teria um ato organizado pela CUT no Rio de Janeiro, pelas Centrais e outras, um ato contra o Projeto de Lei que estava no Congresso para a privatização de todos os serviços públicos brasileiros. Que precisavam gritar e repudiar a proposta do presidente da Câmara Federal, que era o Eduardo Cunha. Que esse homem era

uma “cunha” nas nossas vidas. Finalizou dizendo que o convite estava estendido a todos e que repassassem nos facebook para que todos pudessem ir a esse encontro às dezesseis horas na Câmara Municipal com seguimento até a esquina da Graça Aranha, pois ali fica a FIRJAN no Rio de Janeiro e que iriam parar e fazer o ato na FIRJAN; que tinha certeza que iriam contar com a presença de todos que estavam ali garantindo a democracia desse país e que não poderia ter um retrocesso que estavam querendo implementar nesse país. Que era um panorama como se fosse o mar, infinito o retrocesso hoje em dia; que no serviço público não poderiam mais falar, mas que o tal projeto oficializava a maior brutalidade do mundo do trabalho. Que queria deixar o repúdio e que inclusive queria ver a **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** lá com os companheiros da comunidade e os trabalhadores desse Rio de Janeiro dizendo não ao PL 4330 que suicidava o serviço público desse país. Deixando uma mensagem disse que era chata, mas que era a forma dela ser e como dizia **Marilena Chauí** disse "que não poderia mudar o homem, mas poderia mudar a si própria para que entendesse o homem melhor". Disse que todos juntos poderiam mudar esse país mudando primeiro a nossa pessoa, a nossa meta negativa de agir; que gritavam uns com outros e que não estavam ali para fazer isso e sim para encontrar soluções entre gestores, profissionais de saúde e usuários, porque todos eram usuários. Finalizando sua fala. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** chamou o **Conselheiro Ludugério Antônio da Silva** mais ele já havia ido embora. Chamou o **Conselheiro João Menezes** que disse que estava representando os usuários do Conselho Distrital de Saúde da AP 3.3 - Madureira - Pavuna e que queria informar que iria acontecer a 11ª Conferência Distrital de Saúde da AP 3.3, nos dias 30 e 31 de Maio de 2015, sábado e domingo, nos dois últimos dias do mês de maio a partir das 9 horas, no Clube dos Sargentos da Aeronáutica, na Avenida Ernani Cardoso, em Cascadura, quase em frente ao Fórum. Disse que a presidenta do Conselho Distrital de Saúde tinha pedido que ele convidasse todos e que todos seriam bem-vindos. Em segundo item queria informar que o Conselho Distrital de Saúde tinha sofrido cortes financeiros a pretexto de contenção de verba afetando o desenvolvimento de suas ações em prol do controle social da Área Programática 3.3 por parte da Secretaria Municipal de Saúde, o que os deixava preocupados, pois estavam próximos da conferência de saúde; que queriam antecipar as desculpas caso alguma coisa acontecesse de errado nesse evento na busca de solução para os problemas da saúde na respectiva área com cerca de um milhão e meio de habitantes entre Madureira e Pavuna. Que extrairiam dessa conferência um relatório para que os problemas de saúde tramitassem durante quatro anos e que então era uma coisa muito importante e que não poderia carecer de recursos de vários tipos e modalidades porque estava colocando em perigo o bom andamento dos serviços e a repercussão disso durante esses quatro anos; que se preocupavam com isso e que tinha vindo pessoalmente antecipar as desculpas; que se alguma coisa acontecesse de errado não seria por desejo deles. Agradeceu reiterando o encontro na Conferência. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** agradeceu o **Conselheiro João Menezes** e como ela era a inscrita estava convidando a todos para a 12ª Conferência Distrital de Saúde AP 3.1 e que, como informe da Secretaria, o **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** já havia informado o endereço e queria informar também que aquela fala do **Conselheiro João Menezes** tinha um pouco de contrariedade porque conforme os membros da Comissão Organizadora, as conferências aconteceriam sem nenhuma restrição e que se houvesse outro ponto, que eles poderiam conversar com os membros da Comissão que são as **Conselheiras Sheila Marino, Júlia Daniela de Castro e Ângela de Lamare** porque muito a assustava isso, pois as conferências tinham que acontecer e que estariam lá para que acontecessem. Reiterou dizendo que se houvesse outro ponto que tinham que levar para a Comissão Executiva ou para a Comissão Organizadora para resolverem. Disse que estava falando como Comissão nesse momento e dando um informe na Mesa e que esperava o sucesso da AP 3.3, como da AP 3.1, nos dias 7,

8 e 9 de maio. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** chamou a **Conselheira Sônia Regina G. da Silva** que informou já estar contemplada. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** finalizou dizendo que o horário da abertura da referida Conferência no dia 7 seria às 14h, porque de manhã haverá a Feira, que era uma cultura da AP 3.1, à partir das 9h até as 12h e às 14 h a abertura oficial e que nos dias 8 e 9 acontecerá o decorrer da conferência. Agradeceu e disse que alguém tinha escrito informe sem ter colocado o nome. A **Conselheira Miriam Andrade de Souza Lopes (Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Rio de Janeiro - SATEMRJ)** tomando a palavra completou a fala do **Conselheiro João Menezes** em relação à restrição dizendo que não sabia o que era considerado restrição, mas que tinha restrição sim. Disse que tinha recebido do Conselho Distrital de onde estava como secretária a informação de que os tíquetes de alimentação de dezoito ou quinze reais não seriam dados para os Conselheiros nas questões de visitas para os Conselheiros que estavam fazendo visitas nas unidades para eleição de Conselheiros e, que tinham pedido para dar um tempo por causa da quantidade de alimentação nas conferências. Que era uma restrição e que a outra restrição seria que não teriam camisetas e que ia por aí. Continuou informando que outra coisa que queria dizer e deixar registrada em ata desde a reunião passada e outras era que todas as vezes que ia lá na reunião e saltava na estação, que tinha que dar a volta para entrar no prédio da Prefeitura e que isso era um absurdo. Que isso tinha que constar em ata; perguntou o que o prefeito estava pensando que o povo era; que tinham que sair da estação do metrô, que desciam na porta e que tinham que dar a volta e entrar numa entrada minúscula e esperar as pessoas saírem ou entrarem para poderem entrar e que isso era uma moção de repúdio que ela queria fazer. Que não era a casa do prefeito e sim a casa do povo, pois era o povo que paga tudo que está aqui dentro. Disse que ficava muito triste, pois andava de salto alto quando queria e que quanto queria andar e precisava, ela ficava muito triste quando tinha que andar de lá até aqui para entrar por uma porta minúscula cheio de guarda municipal. Continuou dizendo que queria saber se os guardas já estavam tomando conta do Rio de Janeiro porque aqui estava repleto de guardas municipais; que nem sabia o motivo e nem queria saber, mas que estavam inibindo de entrarem pela porta principal dando a volta. Aos Conselheiros disse que deveriam encaminhar um documento, um ofício perguntando o por que de estarem sendo inibidos de entrar pela parte da frente; que era um desconforto e um desrespeito com a população. Finalizando sua fala. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** chamou o **Conselheiro José Antônio Alexandre Romano** que havia retirado o pedido e passou a palavra ao **Conselheiro Mauro André dos Santos Pereira (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2)** que deu boa tarde e convidou para a Conferência que irá acontecer nos dias 5, 6 e 7 de Junho, no SINPRO-Rio, seção Zona Oeste, em Campo Grande e que ficava na rua Manáí, número 180, ao lado da Faculdade Moacyr Bastos. Disse que no dia 5 haverá a abertura às 18 h com ato solene, o hino nacional e algumas autoridades que iriam convidar e que no sábado e domingo começariam os debates. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** agradeceu o **Conselheiro Mauro André dos Santos Pereira**. Não havendo mais nada a ser informado foi encerrada a reunião às dezessete horas e trinta e cinco minutos e eu **Carmem Terezinha Gomes Sasaki** dou por lavrada a ata e assino em conjunto com a **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** como substituta do presidente deste Conselho **Dr. Daniel Ricardo Soranz Pinto**.

Carmem Terezinha Gomes Sasaki

Maria de Fátima Gustavo Lopes

